

**O PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL/PADIN: ENTRE  
POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES**

**THE CHILD DEVELOPMENT SUPPORT PROGRAM/PADIN: BETWEEN POTENTIAL  
AND VULNERABILITIES**

**EL PROGRAMA DE APOYO AL DESARROLLO INFANTIL/PADIN: ENTRE EL  
POTENCIAL Y LA VULNERABILIDAD**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-096>

**Data de submissão:** 08/06/2025

**Data de publicação:** 08/07/2025

**Manoelzito Ximenes Gomes Filho**

Mestre em Ensino de Biologia, Universidade Estadual do Ceará/UECE, e acadêmico do Curso de Doctorado en Ciencias de la Educación, Universidad de la Integración de las Américas/UNIDA, Ciudad del Este - Paraguai  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5940-1368>  
Email: [manoelzito.filho@prof.ce.gov.br](mailto:manoelzito.filho@prof.ce.gov.br)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5708090832471451>

**RESUMO**

O estudo analisou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN), política intersetorial cearense voltada às famílias com crianças de 0 a 3 anos, não atendidas por creches, fomentando o desenvolvimento integral infantil por meio da parentalidade positiva. A pesquisa, de natureza básica e descritiva, utilizou a técnica do survey, com aplicação de questionários do Google Forms®, a 60 agentes de implementação (Supervisores e ADI) e 148 pais/responsáveis de nove municípios cearenses. Os dados foram analisados quantitativamente com apoio do software Jamovi®. Os resultados evidenciaram elevada aprovação do programa entre os dois grupos, com médias de avaliação próximas a 10. Supervisores e ADI reconheceram o suporte da SEDUC/CE e destacaram o impacto positivo do PADIN na postura parental. Famílias relataram melhorias na interação com os filhos, especialmente por meio de brincadeiras, embora parte delas não tenha sido contemplada com todas as atividades. Foram apontadas falhas na intersetorialidade e limitações no apoio logístico por parte de alguns municípios. Conclui-se que o PADIN cumpre papel relevante como estratégia complementar à educação infantil, sobretudo diante da baixa cobertura de creches. Sugere-se sua expansão para além dos critérios atuais de vulnerabilidade, a ampliação da participação das secretarias de Saúde e Assistência Social, nas formações, e a exigência de maior contrapartida dos municípios. A limitação principal refere-se ao recorte amostral, recomendando-se novos estudos com abrangência estadual.

**Palavras-chave:** PADIN. Educação infantil. Parentalidade positiva.

**ABSTRACT**

The study analyzed the Child Development Support Program (PADIN), an intersectoral policy in the state of Ceará aimed at families with children aged 0 to 3 who are not served by daycare centers, fostering comprehensive child development through positive parenting. The research, basic and descriptive in nature, used the survey technique, with questionnaires applied using Google Forms® to 60 implementation agents (Supervisors and ADI) and 148 parents/guardians from nine municipalities in Ceará. The data was analyzed quantitatively using Jamovi® software. The results showed high

approval of the program among both groups, with average ratings close to 10. Supervisors and ADIs acknowledged SEDUC/CE's support and highlighted the positive impact of PADIN on parental attitudes. Families reported improvements in interaction with their children, especially through play, although some of them were not involved in all the activities. Shortcomings in intersectorality and limitations in logistical support on the part of some municipalities were pointed out. The conclusion is that PADIN plays an important role as a complementary strategy to early childhood education, especially given the low coverage of daycare centers. We suggest expanding the program beyond the current vulnerability criteria, increasing the participation of the Health and Social Assistance departments in the training sessions, and requiring a greater counterpart from the municipalities. The main limitation is the sample size, and further studies covering the state are recommended.

**Keywords:** PADIN. Early childhood education. Positive parenting.

## RESUMEN

El estudio analizó el Programa de Apoyo al Desarrollo Infantil (PADIN), una política intersectorial del estado de Ceará dirigida a familias con niños de 0 a 3 años no atendidos en guarderías, fomentando el desarrollo integral del niño a través de la parentalidad positiva. La investigación, de carácter básico y descriptivo, utilizó la técnica de encuesta, con cuestionarios Google Forms® aplicados a 60 agentes implementadores (Supervisores y ADI) y 148 padres/tutores de nueve municipios de Ceará. Los datos fueron analizados cuantitativamente utilizando el software Jamovi®. Los resultados mostraron una alta aprobación del programa entre ambos grupos, con valoraciones medias cercanas a 10. Los supervisores y los ADI reconocieron el apoyo de SEDUC/CE y destacaron el impacto positivo del PADIN en las actitudes de los padres. Las familias informaron de mejoras en la interacción con sus hijos, especialmente a través del juego, aunque algunas de ellas no participaron en todas las actividades. Se señalaron deficiencias en la intersectorialidad y limitaciones en el apoyo logístico por parte de algunos municipios. Se concluye que el PADIN cumple un papel importante como estrategia complementaria a la educación infantil, especialmente dada la baja cobertura de las guarderías. Se sugiere ampliarlo más allá de los actuales criterios de vulnerabilidad, involucrar a los departamentos de Salud y Asistencia Social en los programas de capacitación y exigir un mayor aporte de las municipalidades. La principal limitación es el tamaño de la muestra, por lo que se recomiendan más estudios de alcance estatal.

**Palabras clave:** PADIN. Educación infantil. Crianza positiva.

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil/PADIN, foco deste estudo, representa uma estratégia que pode ser enquadrada no conjunto das “[...] políticas de proteção social e políticas orientadas à promoção social” (Zambello, 2016, p. 6).

Haja vista que, na dimensão da proteção social, mitiga-se a falta de acesso às creches, atendendo e apoando famílias com crianças de 0 a 3 anos, realizando visitas domiciliares (Foto 1), orientações, e vivências que focam o desenvolvimento infantil. Já na dimensão da promoção social, fomenta os cuidados para e com a primeira infância, em núcleos familiares em vulnerabilidade, reduzindo os impactos no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças mais pobres, em face daquelas em condições socioeconômicas mais favorecidas (IPEA, 2011).

Completando 09 anos de existência (Ceará, 2016), de forma empírica, e considerando a realização de avaliações de impacto (Ceará, 2022), como a realizada em 2020 (Ceará, 2021b), há fortes indícios de que o PADIN tem produzido bons resultados. E justamente por isso, estudos que avaliem os impactos do programa contribuirão com o fortalecimento, a ampliação das ações, e as correções necessárias ao aperfeiçoamento da política. Que em potencial, já na primeira infância, colabora com o desenvolvimento integral das crianças.

Sobremaneira, quando observa-se, que mesmo após dez anos da implementação do Plano Nacional de Educação/PNE (2014-2024), a meta referente à educação infantil não foi alcançada. E isso, considerando tanto a oferta da pré-escola, para crianças de 4 e 5 anos, como a de creches, para crianças de 0 a 3 anos. Ressaltando que, neste último caso, a distância entre o que foi alcançado e a meta prevista foi ainda maior (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2024a).

Nesse ínterim, portanto, advoga-se que pesquisas como esta sejam pertinentes e relevantes. Afinal, enquanto a estrutura e a governança do PADIN estão bem delimitadas – abordadas mais adiante, é preciso que se invista em levantamentos a fim de mensurar se essa política “[...] está gerando os resultados e impactos esperados” (Ceará, 2022). Para tanto, considerar o que os seus agentes (Supervisores e Agentes de Desenvolvimento Infantil/ADI) e as famílias atendidas têm a dizer seria uma estratégia capaz de contribuir com esse propósito.

Desta feita, buscou-se levantar como os Supervisores e ADI têm percebido a implementação do programa: as formações e os materiais do PADIN<sup>1</sup> contribuem para que desempenhem suas atribuições com precisão e segurança? Os municípios têm garantido o apoio necessário à consecução das ações? As ações são planejadas e executadas de forma intersetorial, entre educação, saúde e assistência social (Ceará, 2016; Ceará, 2021a)? Como tem sido a receptividade das famílias?

<sup>1</sup> Sob gestão da Secretaria da Educação do Estado do Ceará/SEDUC.

Da mesma forma, pautou-se a percepção dos beneficiários diretos do PADIN: as famílias atendidas. Assim sendo, verificou-se como avaliam o programa; como o apoio e as orientações dos ADI têm impactado na interação que estabelecem com seus filhos; e como passaram a encarar as situações e condições que influenciam no desenvolvimento infantil.

Por fim, a pesquisa orientou-se em referenciais teóricos que trazem à baila a concepção, a estruturação, e a operacionalização do PADIN, foco do estudo. Bem como, o contexto no qual tem-se observado o acesso à educação infantil no Brasil, à luz dos resultados alcançados pelo Plano Nacional de Educação. Enfim, duas pautas que estabelecem entre si uma relação de proximidade, haja vista que programas dessa natureza já eram previstos pelo próprio PNE.

## **2 O PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL/PADIN ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL E EDUCACIONAL CEARENSE**

Na verdade, o PADIN é uma ação, dentre outras, proposta por um programa mais amplo dedicado à educação infantil: o Programa Mais Infância Ceará/PMIC. O qual, regulamentado pela Lei nº 17.380, de 05 de janeiro de 2021<sup>2</sup>, destina-se a implementar estratégias que, de forma intersetorial – educação, saúde e assistência social, oportunizem o desenvolvimento integral das crianças cearenses, sobremaneira, as que estão em situação de extrema pobreza (Ceará, 2016; Ceará, 2021a).

Com as ações do PADIN, o Programa Mais Infância Ceará propõe-se a desenvolver e/ou fortalecer, nas famílias, as competências necessárias ao cuidar e ao educar (Sucupira; Leitão, 2016). Haja vista considerar que a família é a primeira, e porque não dizer, a mais decisiva instituição no processo formativo das crianças. E nesse ínterim, o programa atende aos núcleos familiares que possuem crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, não atendidas pela cobertura das creches (Sucupira; Leitão, 2016; Ceará, 2021a).

Em última instância, o trabalho objetiva induzir nas famílias a incorporação da ideia de que as crianças são “[...] sujeitos ativos no mundo, cidadãs, autoras de suas histórias e participantes dos seus processos de aprendizagem e desenvolvimento” (Sucupira; Leitão, 2016, p. 12). Assim, as ações do PADIN devem ser concebidas enquanto atividades que desenvolvam nos pais, responsáveis e/ou cuidadores, os sentimentos: de respeito, pois a criança é um sujeito de direitos; de solidariedade, responsabilizando-se pelos cuidados e a educação; e de autonomia, favorecendo o desenvolvimento integral.

Em nível de governança, o PADIN encontra-se sob responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado/SEDUC, e mais precisamente, sob gerência da Secretaria Executiva de Cooperação com os

<sup>2</sup> A Lei consolidou, e atualizou, a legislação do programa o qual foi criado ainda em 2015.

Municípios/SEXECOM, por meio da Coordenadoria de Educação e Promoção Social/COEPS (Sucupira; Leitão, 2016; Ceará, 2023). Contudo, uma vez que o programa (a ação) é parte do Programa Mais Infância Ceará, conta o apoio de outras instâncias tais como: Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil do Estado do Ceará/CPDI, Banco Mundial, bem como, consultores e especialistas da área (Santana; Alencar, 2016)

Por fim, ressalta-se que a criação do PADIN levou em consideração outras experiências com escopo semelhante<sup>3</sup>, tanto nacionais como internacionais: o Programa Chile *Crece Contigo* (Chile), o *International Child Developmental Program/ICDP* (Noruega), o Programa *Educa tu Hijo* (Cuba), o Programa Primeira Infância Melhor (Rio Grande do Sul) e o Programa Cresça com seu Filho (Fortaleza-Ceará) (Sucupira; Leitão, 2016).

## 2.1 A METODOLOGIA DO PADIN

As ações do PADIN destinam-se às famílias dos municípios cearenses com maior vulnerabilidade social e econômica. Em que os critérios para a adesão das municipalidades, passíveis de modificação ao longo do tempo, são referenciados em indicadores sociais e econômicos levantados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará/IPECE (Ceará, 2021a). E de acordo com Furtado (2022), o município aderente pode, em média, atender até 80 famílias. Número que pode ser ampliado quando se contabilizam famílias indígenas e quilombolas.

Observando as finalidades do PADIN (Ceará, 2021a), pode-se deduzir, com mais clareza, como as ações devem ser concebidas e desdobradas.

Uma vez que o objetivo maior do programa é fomentar o desenvolvimento integral das crianças, não atendidas por creches, torna-se basilar induzir, nas famílias, as habilidades que concorram para isso. De forma que, consciente e intencionalmente, saibam como contribuir com o bem-estar físico, social, emocional, e cognitivo de seus filhos (Santana; Alencar, 2016).

Haja vista que, o PADIN é uma estratégia que propõe-se a desenvolver os princípios da parentalidade positiva, e dentre eles, destaca-se a prática dos cuidados responsivos. Para os quais, segundo Altafim *et al.* (2023), os pais<sup>4</sup> necessitam estar aptos a perceber e evitar situações de violência contra as crianças, bem como, as relacionadas às doenças. Ademais, segundo as autoras, espera-se que identifiquem e intervenham, dentro de suas possibilidades, naquilo que possa comprometer os

<sup>3</sup> Famílias com crianças não atendidas em creches; visitas domiciliares; e atividades que fortalecem os vínculos entre os pais/responsáveis/cuidadores e as crianças.

<sup>4</sup> Entenda-se por “pais” não apenas o pai e a mãe, mas também, os responsáveis e cuidadores.

processos de desenvolvimento e aprendizado dos filhos, a construção de relações sociais positivas, e de vínculos afetivos robustos.

E nesse contexto, para que o desenvolvimento integral das crianças seja favorecido, demanda-se a integração de vários entes e instâncias: governo estadual e municipal, juntos, atuando em parceria com a sociedade civil; famílias atendidas compartilhando e ampliando as experiências exitosas, relacionadas ao cuidar e ao educar; e não menos importante, espaços e ocasiões em que as crianças interajam entre si, construindo-se enquanto sujeitos sociais e históricos (Ceará, 2021a).

Metodologicamente, as atividades do PADIN estão estruturadas a partir das seguintes ações (Ceará, 2021a; Sucupira; Leitão, 2026): I. visitação domiciliar às famílias (VDF); II. grupo de brincadeiras e convivência (GBC); III. encontros de orientações para pais e cuidadores (EO); e IV. encontros familiares comunitários (EFC).

As VDF acontecem, no mínimo, uma vez a cada quinze dias<sup>5</sup>, e com duração de 01 hora. Momento em que busca-se desenvolver, nas famílias, as competências necessárias ao cuidar e ao educar; bem como, sugerir brincadeiras e atividades congêneres, para que os pais desenvolvam com os filhos. Por fim, aproveita-se a ocasião para observar as relações estabelecidas entre os adultos e as crianças (Sucupira; Leitão, 2016). Afinal, situações aparentemente singelas, como elogiar e se divertir com os filhos, são importantes indicadores dos vínculos construídos.

A saber, Handman (2023) explica que ao elogiar os filhos, para além de fortalecer a autoestima e o conceito que as crianças fazem delas mesmas, isso pode modelar o comportamento. Pois, se este é “recompensado” a criança entende que é dessa forma que deve agir. E ainda segundo a autora, se o pai demonstra divertir-se, ao interagir com o filho, transmite a mensagem de que se importa e que se sente bem quando estão juntos.

Ademais, cabe ressaltar que as brincadeiras assumem, de fato, um lugar especial nas atividades do PADIN. E não para menos, pois, pesquisas apontam que dedicar, diariamente, apenas 05 minutos para brincar com os filhos, seria suficiente para o fortalecimento dos vínculos (Handman, 2023).

Portanto, as VDF são uma relevante oportunidade para observar, o quanto estão sendo satisfeitas, as necessidades demandadas para uma vivência pautada na parentalidade positiva.

A qual, segundo com Cruz (2014), implica satisfazer as seguintes necessidades: I. basilares: garantindo-se a nutrição adequada, a saúde, o conforto, e a proteção das crianças; II. emocionais: oportunizando-se um ambiente afetuoso e carinhoso, em meio às interações parentais responsivas; III. estruturação do espaço familiar: organizando-se o ambiente de forma a favorecer o desenvolvimento

<sup>5</sup> Identificando-se problemas e/ou situações de risco, em meio às relações observadas, um número maior de visitas deverá ser realizado.

e a aprendizagem das crianças, orientando-se a partir de rotinas e regras – convencionais, sociais e morais; IV. estimulação positiva: promovendo-se estimulações (considerando o item II) que, em nível sensório-motor, socioemocional e cognitivo, fomentem a construção de conhecimentos; e V. disciplina positiva: buscando-se outras estratégias, que não pelo viés da punição, romper com os comportamentos infantis inadequados.

Em suma, a parentalidade positiva pressupõe o estabelecimento de um “[...] relacionamento contínuo entre pais e filhos, incluindo, ensinar, orientar, comunicar e suprir as necessidades da criança de forma consistente e incondicional” (Seay *et al.*, 2014, pág. 207, tradução nossa).

Com frequência semelhante às VDF, porém, com 02 horas de duração, os GBC são encontros que reúnem famílias com crianças em estágios de desenvolvimento aproximados, e que residem próximas umas às outras (Ceará, 2021a). Desta feita, oportunizam-se momentos lúdicos de interação entre as crianças, com brincadeiras da própria região (Sucupira; Leitão, 2016).

Ora, se uma das premissas da parentalidade positiva é a promoção de estímulos variados, justamente, para contribuir com o desenvolvimento e o aprendizado das crianças, interagir com outras, para além dos pais, deve ser considerado. Pois, essas outras formas de interação ampliarão o repertório de experiências emocionais da criança e de compreensão acerca do funcionamento social (Cruz, 2014).

Já os EO direcionam-se, especificamente, aos pais de bebês, orientando-os acerca do fortalecimento dos vínculos com os filhos dessa faixa etária (Ceará, 2021a). Observam-se atividades que consideram experiências de interação por meio do toque, do olhar e da conversação (Sucupira; Leitão, 2016), com uma frequência de até 02 encontros mensais com 01 hora de duração cada.

Um importante exercício para, precocemente, qualificar os pais para a prática de cuidados responsivos. Os quais, diga-se de passagem, potencializarão as demais formas de cuidar. A saber, as atividades do EO contribuem para que aprendam como “[...] perceber, entender e responder aos sinais de seus filhos de maneira oportuna e apropriada para atender às necessidades das crianças” (Altafim *et al.*, 2023, p. 9).

Por fim, e com frequência mensal de 01 encontro de 03 horas, os EFC acontecem aos sábados, contemplando em uma mesma ocasião situações vivenciadas nas demais atividades: I. brincadeiras para as crianças; II. temáticas que tratam da educação, desenvolvimento infantil, e saúde na primeira infância; e III. momentos lúdicos onde pais e filhos interagem entre si (Sucupira; Leitão, 2016; Ceará, 2021a). Pode-se dizer tratar-se de uma grande culminância das atividades mensais, reunindo até 20 famílias e demandando logística de alimentação para os participantes.

As atividades do PADIN são conduzidas por dois profissionais: os Agentes de Desenvolvimento Infantil/ADI, e seus respectivos Supervisores. O município aderente seleciona 08

ADI e um Supervisor os quais, respectivamente, devem ser: professor da educação infantil e profissional de nível superior lotado na secretaria municipal de educação (Sucupira; Leitão, 2016). Cada ADI acompanha 10 famílias, desempenhando as suas atribuições ao longo de 20 horas semanais, sendo orientados e acompanhados por um Supervisor (Furtado, 2022). E segundo a autora, ambos são remunerados por bolsas de incentivo concedidas pela SEDUC.

Contudo, para atuarem no PADIN, anualmente, ADI e Supervisores devem passar por 04 momentos formativos, conduzidos pela SEDUC: uma formação inicial e três encontros que constituem-se em um programa de educação permanente (Furtado, 2022).

Em levantamentos recentes, até o ano de 2025, o PADIN deverá atender a 48 municípios cearenses. E seguindo a lógica de sua estruturação, reunindo 49 supervisores, mais de 400 ADI, e 16 regionais de ensino<sup>6</sup> (de um total de 20). Quanto às famílias, mais de 11 mil já foram atendidas pelo programa, perfazendo um total de quase 19 mil crianças (Furtado, 2022).

### **3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A COBERTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

Com suas origens na Conferência Nacional de Educação/CONAE de 2010, o Plano Nacional de Educação/PNE (Brasil, 2021), enquanto instrumento indutor e direcionador de ações de ordem educacional – de forma direta, e ações de ordem política, econômica e social – de forma indireta, foi instituído pela Lei nº 13.005/2014. Em princípio, sua vigência compreendia o decênio 2014-2024, todavia, por força da lei — Lei nº 14.934/2024, foi prorrogada até o final de 2025 (Brasil, 2024).

Por razões óbvias, a implementação do PNE demanda recursos financeiros, e por isso, deve-se exercer supremacia sobre os Planos Plurianuais (Brasil, 2021). Nesse contexto propõe-se a, em regime de colaboração entre os entes federados – Estados, Distrito Federal e Municípios: I. garantir que todas as crianças e jovens accessem a educação básica (dos 4 aos 17 anos), elevando a alfabetização e o processo de escolarização; II. melhorar a qualidade do ensino, seja na educação básica, seja em nível superior; III. fomentar a formação técnica; IV. incrementar a carreira e as condições de trabalho dos profissionais da educação; V. democratizar a gestão educacional e escolar; e VI. induzir a ampliação de investimentos no campo educacional (Brasil, 2014).

No cerne do PNE, encontram-se metas a serem cumpridas até o final de sua vigência (Brasil, 2014), as quais perfazem um total de 20 e são acompanhadas de estratégias que orientam a sua concreção. Entretanto, conforme a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2024a), mais de 90%

---

<sup>6</sup> Denominadas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação/CREDE, conforme a estrutura da Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

delas não foram alcançadas até 2024, e em alguns casos, observando-se retrocessos: o atendimento às “[...] crianças de 6 a 14 anos [...]” sofreu um forte impacto [...] caindo a um nível menor do que o observado em 2014 [...]” (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2024a, não paginado).

Na governança do PNE várias instâncias atuam em prol da concreção das metas, seja por meio de ações de monitoramento, seja de avaliação. A saber:

I - Ministério da Educação - MEC; II - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; III - Conselho Nacional de Educação - CNE; IV - Fórum Nacional de Educação (Brasil, 2014, p. 1).

Finalmente, cabe ressaltar que as metas são propostas observando as especificidades, como a que direcionou esta pesquisa: “Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola [...] e ampliar a oferta [...] em creches [...]” (Brasil, 2014, p. 2, grifo nosso). Em outras palavras, observam-se metas e estratégias para a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, estudantes com deficiências, dentre outras.

### 3.1 O PNE E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Tradicionalmente, a educação infantil é, indiscutivelmente, reconhecida como a base estruturante da formação acadêmica. Entretanto, é somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB, que a partir de 1996 ela é incorporada à educação básica. Algo, segundo Marcondes e Silva (2024), decorrente da garantia legal, já determinada pela Constituição Federal de 1988, quando estabelecia-se o direito das crianças ao acesso às creches e pré-escolas. E segundo as autoras, foi com dispositivos como as Diretrizes Curriculares Nacionais/DCN, e a Base Nacional Comum Curricular/BNCC, que passou-se a pautar a qualidade dessa etapa de ensino.

Objetivando, portanto, incrementar a oferta da educação infantil, o PNE apresenta a Meta 1:

[...] universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (Brasil, 2014, p. 2, grifo nosso).

Para a concreção desta meta, são apresentadas 17 estratégias (Brasil, 2014). E nesta lógica, observam-se ações como: I. estabelecimento de metas por parte de cada um dos entes federados, induzindo a expansão da oferta de educação infantil; II. avaliação bianual da infraestrutura, de recursos humanos e pedagógicos, da acessibilidade, dentre outros; III. implementação de programas que, integrando educação, saúde e assistência social, orientem as famílias de crianças de zero a três anos,

fomentando o desenvolvimento integral delas; e IV. a depender das condições da rede, que a oferta avance para a modalidade de ensino em tempo integral.

Como já mencionado anteriormente, aproximando-se do fim de sua vigência, no geral, o PNE não logrou o êxito esperado, inclusive, quanto à esta, que é etapa mais basilar e estruturante da educação básica: a educação infantil.

### 3.2 O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DO PNE

Considerando a data original para o fim da vigência do PNE (2024), observou-se que a Meta 1, referente à educação infantil, em nível nacional, não foi alcançada. Segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2024b), a universalização do acesso à pré-escola (4 e 5 anos), que deveria acontecer até 2016, em 2023 ainda estava na casa dos 93,9%. Crescendo, pois, apenas 0,54% ao ano, quando para alcançar o objetivo deveria crescer 5,5%.

O acesso às creches (0 a 3 anos), ainda que proporcionalmente crescendo mais que a pré-escola – 1,2% ao ano, não permitiu a ampliação da cobertura para os 50% previstos. Em 2023, o percentual de atendimento era de 40,1%, tornando-se impossível chegar à meta, afinal, não empreendeu-se o crescimento anual necessário que era de 2,3 pontos percentuais (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2024b).

E nesse ínterim, ainda que representando apenas 5,8% dos municípios brasileiros, 325 redes municipais de ensino sequer matricularam 10% de crianças em creches. Sendo que, para 31 delas, nenhuma criança estava matriculada (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2025).

Um cenário no qual a preocupação não reside apenas em não se alcançar a meta, mas nas desigualdades observadas quanto à/ao: renda familiar, raça/cor, sexo, localização e região. Situação que pode ser evidenciada em estudos como os de Marcondes e Silva (2024), e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2024b) – vide Quadro 1:

**Quadro 1 - Meta 1 do PNE e as menores taxas de atendimento/recortes**

RECORTES	CRECHE - MENORES TAXAS DE ATENDIMENTO	PRÉ-ESCOLA - MENORES TAXAS DE ATENDIMENTO
Renda	Crianças do quartil com as menores rendas	Não observam-se diferenças significativas. Ambos os quartis na casa dos 90%
Raça/cor	Crianças pardas	Não observam-se diferenças significativas. Ambos os quartis na casa dos 90%
Sexo	Crianças do sexo feminino	Não observam-se diferenças significativas. Ambos os quartis na casa dos 90%
Localização	Crianças da zona rural	Não observam-se diferenças significativas. Ambos os quartis na casa dos 90%
Região	Crianças do Norte, Centro-Oeste e Nordeste	Crianças do Norte

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Uma coisa é certa, se o acesso à educação infantil, enquanto etapa, ainda é um importante desafio, maior ainda o é para as creches. Inclusive, quando se analisa estudos como os de Coutinho e Alves (2019), realizados em estados e municípios do Centro-Sul e que apresentam os melhores Índices de Desenvolvimento Humano/IDH do país. Pois, mesmo em estados mais ricos e desenvolvidos como esses, os municípios menores, carentes de infraestrutura e de recursos, seguem apresentando taxas de atendimento em creches bem abaixo da média. O que dizer, então, das municipalidades do Norte e Nordeste!

De fato, segundo dados do Censo Demográfico de 2022 (Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 2025), o Norte e o Nordeste apresentam as menores taxas de cobertura de creches: respectivamente, 16,6% e 28,7%. Ressaltando que o Norte possui três vezes menos crianças matriculadas que as regiões Sul e Sudeste – as quais, ainda assim, não alcançaram os 50% previstos pelo PNE.

#### 4 METODOLOGIA

Objetivando conhecer as percepções acerca da implementação do PADIN, sob o olhar de Supervisores, ADI, e das famílias atendidas pelo programa, realizou-se uma pesquisa de natureza básica vislumbrando induzir estudos posteriores. E fomentando desdobramentos práticos, como possíveis intervenções e realinhamentos, necessários ao aperfeiçoamento do programa, propôs-se uma pesquisa descritiva (Prodanov; Freitas, 2013).

Para tanto, e mesmo reconhecendo limitações no procedimento técnico do *survey*, optou-se por esse tipo de levantamento. Pois, ponderou-se o fato de ser uma estratégia que permite o “[...] conhecimento direto da realidade; [permite-se trabalhar com] economia e rapidez; [sem falar da possibilidade de] quantificação” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 58).

Considerando as definições de universo e amostra, segundo Lakatos e Marconi (2007), dos 48 municípios que possuem PADIN, aplicou-se o survey em 09 deles. De forma que contou-se com representantes de 05 regionais de ensino, de um total de 20. Desta feita, utilizou-se de questionários do *Google Forms®*, constituídos de questões de múltipla escolha e de questões com respostas escalonadas (Prodanov; Freitas, 2013). Estas últimas construídas a partir da escala *Likert* – algumas de caráter bidimensional e outras de 05 pontos/opções – e/ou tipo *Likert* – com mais ou menos que 05 pontos/opções (Dalmoro; Vieira, 2014).

Foram elaborados dois questionários: um para Supervisores e ADI, responsáveis diretos pela implementação do PADIN; e um outro, destinado às famílias atendidas pelo programa, sendo

respondido pela mãe, pai, ou responsável/cuidador. Assim sendo, entre os dias 10 e 25 de fevereiro de 2025, participaram da pesquisa: 60 Supervisores/ADI e 148 pais.

Os itens dos questionários, majoritariamente, estruturaram-se em torno de variáveis qualitativas ordinais (Paraná, 2012), algo já esperado quando se utiliza de escalas *Likert* e/ou tipo Likert.

Os formulários foram respondidos com o apoio e articulação das Células de Cooperação com os Municípios/CECOM, das seguintes Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação: CREDE 03 (Acaraú); CREDE 04 (Camocim); CREDE 07 (Canindé); CREDE 13 (Crateús); e CREDE 15 (Tauá). Haja vista que, em nível regional, o PADIN é acompanhado e articulado, junto aos municípios aderentes, exatamente por essas células. De forma que, observando-se o Quadro 1, verifica-se quais municípios foram mobilizados.

**Quadro 01 - Municípios participantes da pesquisa**

Nº	CREDE	MUNICÍPIOS
01	CREDE 03	Bela Cruz
02	CREDE 04	Martinópole e Uruoca
03	CREDE 07	General Sampaio e Paramoti
04	CREDE 13	Ipueiras, Novo Oriente e Tamboril
05	CREDE 15	Quiterianópolis

**Fonte:** elaborada pelo autor.

Por fim, os dados levantados foram submetidos ao software Jamovi®, recebendo o tratamento e os testes estatísticos necessários. E considerando a finalidade da pesquisa (descritiva), optou-se por abordá-los de forma quantitativa, buscando-se induzir, em algum nível, os realinhamentos necessários à implementação e à qualificação do PADIN. Afinal, abordagens quantitativas podem “[...] apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo [...]” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados são apresentados considerando os dois grupos mais diretamente partícipes do PADIN: os agentes implementadores do programa (Supervisores e ADI) e o público atendido (as famílias).

### 5.1 O PADIN NA VISÃO DE SUPERVISORES E ADI

Os 60 agentes de implementação do PADIN, participantes da pesquisa, distribuíram-se por 08 municípios conforme a Quadro 1:

**Quadro 1 - Frequência de Participação de Supervisores e ADI**

PARTICIPANTES	F	% TOTAL	% ACUMULADO
Bela Cruz	5	8,3	8,3
General Sampaio	7	11,7	20
Ipueiras	10	16,7	36,7
Martinópole	1	1,7	38,3
Novo Oriente	14	23,3	61,7
Paramoti	9	15	76,7
Quiterianópolis	7	11,7	88,3
Tamboril	7	11,7	100

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Indagados sobre qual nota dariam ao PADIN (numa escala de 0 a 10), observou-se uma avaliação muito positiva, com uma média de 9,77 e com um baixíssimo desvio-padrão (0,722), assinalando, pois, a homogeneidade entre os posicionamentos.

Ainda que Sucupira e Leitão (2016) deixem claro que o objetivo do PADIN não seja substituir a oferta institucionalizada de educação infantil, para mais de 83% o programa era visto como uma estratégia compensatória, de “muita importância”, para a falta de creches no Ceará: perfazendo ainda 58% de não atendimento (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2024b).

Considerando a concepção e a implementação do PADIN, o êxito do programa é projetado segundo à observância de sua natureza intersetorial (Brasil, 2014; Ceará, 2016; Santana; Alencar, 2016; Ceará, 2021a). Entretanto, ainda que para a maioria dos participantes (70%) as atividades tenham sido pensadas e implementadas intersetorialmente, há municípios e equipes que só o fazem “à depender da demanda”. O que, contudo, pode estar sendo compensado com o cumprimento, fidedigno, do cronograma das atividades (90% dos participantes).

O PADIN é parte de um programa estadual mais amplo (Ceará, 2016; Ceará, 2021a) que objetiva apoiar os municípios em condições de vulnerabilidade social, sobretudo, nos quais observam-se crianças em situação de extrema pobreza. De forma que, conforme Furtado (2022), em cada município podem ser atendidas até 80 famílias. Ademais, às municipalidades é concedido o direito de selecionar seus Supervisores e ADI, mantendo-os com bolsas disponibilizadas pela Secretaria da Educação do Estado (Sucupira; Leitão, 2016; Furtado, 2022).

Nessas circunstâncias, era de se esperar que todos os municípios aderentes, logística e operacionalmente, apoiassem integralmente a implementação das ações. No entanto, conforme o Quadro 2, não é o que se observou, inclusive, variando as formas e os níveis de apoio.

**Quadro 2 - Apoio Municipal à Implementação do PADIN**

QUESTÃO 04	F	% TOTAL	% ACUMULADO
Apoio para deslocamento dos ADI e Supervisores para as formações no polo de formação.	4	6,7	6,7
Apoio para deslocamento dos ADI e Supervisores para as formações no polo de formação., Apoio com a alimentação para os encontros coletivos.	1	1,7	8,4
Apoio para deslocamento dos ADI e Supervisores para as formações no polo de formação., Apoio para deslocamento dos ADI e Supervisores para a realização das atividades locais.	2	3,3	11,7
Apoio para deslocamento dos ADI e Supervisores para as formações no polo de formação., Apoio para deslocamento dos ADI e Supervisores para a realização das atividades locais., Apoio com alimentação para os encontros coletivos.	2	3,3	15
Disponibilização de espaços para os encontros comunitários.	1	1,7	16,7
Disponibilização de espaços para os encontros comunitários., Apoio para deslocamento dos ADI e Supervisores para a realização das atividades locais.	1	1,7	18,4
Disponibilização de espaços para os encontros comunitários., Apoio para deslocamento dos ADI e Supervisores para as formações no polo de formação.	2	3,3	21,7
Disponibilização de espaços para os encontros comunitários., Apoio para deslocamento dos ADI e Supervisores para as formações no polo de formação., Apoio com a alimentação para os encontros coletivos.	3	5,0	26,7
Disponibilização de espaços para os encontros comunitários., Apoio para deslocamento dos ADI e Supervisores para as formações no polo de formação., Apoio para deslocamento dos ADI e Supervisores para a realização das atividades locais.	1	1,7	28,4
Todas as opções anteriores.	43	71,6	100

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Da parte da SEDUC, o apoio dispensado para e com os Supervisores e ADI demonstra-se satisfatório. Afinal, segundo esses agentes, tantos os materiais (para mais de 90% deles), como as formações (para 100%), tem “contribuído bastante” para que desempenhem suas funções com propriedade e segurança. Não para menos, para atuarem no PADIN, Supervisores e ADI devem submeter-se, anualmente, a um processo de formação (Furtado, 2022).

Em linhas gerais, considerando que no cerne do PADIN está o fortalecimento dos vínculos entre pais e filhos (Sucupira; Leitão, 2016; Ceará, 2021a; Altafim *et al.*, 2023), pode-se afirmar que esse objetivo tem sido alcançado. Pois, quanto a essa mudança de postura dos pais, 28,3% avaliaram observar “muita mudança”, e 71,1%, “bastante mudança”. Condição, entretanto, independente da forma com a qual os pais aderiram ao programa: se com maior ou menor facilidade (vide a Tabela 1 abaixo).

**Tabela 1 - Matriz de correlação entre entre o nível de aceitação do PADIN e a mudança de postura dos pais**

		QUESTÃO 07	QUESTÃO 08
QUESTÃO 07	Rho de Spearman	—	—
	gl	—	—
	p-value	—	—
QUESTÃO 08	Rho de Spearman	0,067	—
	gl	58	—
	p-value	0,609	—

Fonte: elaborado pelo autor por meio do software *Jamovi®*.

Seguindo as orientações de Lima (2021a), os dados levantados – Tabela 1 – foram submetidos ao teste estatístico de normalidade de *Shapiro-Wilk*. Distanciando-se da normalidade, optou-se por checar a correlação através do teste de *Spearman* (Lima, 2021b). De fato, observando o coeficiente de correlação (Rho de *Spearman*), o qual se aproxima de zero, evidenciou-se que a adesão dos pais ao PADIN, com facilidade ou não, não influenciou na mudança de postura a qual, entre todos eles, foi positiva.

Finalmente, considerando o precário cenário de cobertura das creches, sequer atendendo a metade das crianças cearenses de zero a três anos (Marcondes; Silva, 2024; Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2024b), em algum nível, e de alguma forma, o PADIN tem mitigado essa situação. O que se deduz a partir da defesa de Supervisores e ADI pela sua expansão: para mais de 96% deles, o programa deveria atender às famílias independente do nível de vulnerabilidade dos municípios (Ceará, 2021a). Afinal, 63,3% dos participantes afirmaram que “muitas outras” famílias, que poderiam ser atendidas pelo programa, em função dos critérios estabelecidos, estavam de fora.

## 5.6 O PADIN NA VISÃO DOS PAIS

Considerando o segmento pais (pais, mães, responsáveis e cuidadores), colaboraram com a pesquisa 148 participantes: 142 mães; 05 pais; e 01 responsável do sexo feminino. E conforme o Quadro 2, estavam distribuídos pelos seguintes municípios:

**Quadro 2 - Frequência de participação de pais**

PARTICIPANTES	F	% TOTAL	% ACUMULADO
Bela Cruz	4	2,7	2,7
General Sampaio	24	16,2	18,9
Novo Oriente	72	48,6	67,6
Paramoti	2	1,4	68,9
Quiterianópolis	10	6,8	75,7
Tamboril	35	23,6	99,3
Uruoca	1	0,7	100

Fonte: elaborado pelo autor.

Uma vez que a grande maioria dos participantes era do sexo feminino, possivelmente, seria este o membro das famílias com o qual os ADI mais interagiam na implementação das ações. Famílias estas as quais apresentavam a seguinte distribuição de filhos – Quadro 3.

**Quadro 3 - Distribuição de filhos por famílias**

NÚMERO DE FILHOS	FAMÍLIAS	% TOTAL	% ACUMULADO
1	121	81,8	81,8
2	13	8,8	90,5
3	2	1,4	91,9
4 ou mais	12	8	100

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Segundo a ótica dos pais, a avaliação do programa, em uma escala de 0 a 10, assim como ocorreu com Supervisores e ADI, foi muito positiva. Sobremaneira quando, estatisticamente, observa-se a moda e o desvio-padrão – Tabela 2:

**Tabela 2 - Avaliação do PADIN segundo os pais**

	N	MÉDIA	MEDIANA	MODA	DESVIO- PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIM O
Nota		9,6	10,0	10,0	1,35	1	10
Participantes	148						

**Fonte:** elaborado pelo autor por meio do software *Jamovi®*.

Cogitou-se que a boa avaliação do PADIN tivesse relação com o número de filhos: famílias com menos filhos (a grande maioria) teriam um melhor acompanhamento e um maior envolvimento com as ações do programa. Todavia, segundo o teste estatístico de *Spearman* (Lima, 2021b), observou-se não só não haver correlação ( $p\text{-value} > 0,05$ ), como apresentou um coeficiente de correlação muito próximo de zero – Tabela 3.

**Tabela 3 - Matriz de correlação entre o número de filhos e a nota atribuída ao PADIN**

		NÚMERO DE FILHOS	NOTA PARA O PADIN
<b>NÚMERO DE FILHOS</b>	Rho de Spearman gl p-value	— — —	
<b>NOTA PARA O PADIN</b>	Rho de Spearman gl p-value	0,051 146 0,541	— — —

**Fonte:** elaborado pelo autor por meio do software *Jamovi®*.

Considerando a concepção do PADIN, percebe-se a importância que é dada às brincadeiras (Sucupira; Leitão, 2016). Não para menos, pois, tratando-se de um programa que foca na parentalidade positiva, as brincadeiras oportunizam estímulos diversos os quais concorrem para o desenvolvimento das crianças (Handman, 2023; Cruz, 2025). E nesse ínterim, segundo os pais, o programa tem demonstrado eficácia. Afinal, observou-se uma significativa correlação entre: as crianças aprenderem por meio de brincadeiras (Questão 03), e por meio delas, os pais interagirem melhor com os seus filhos (Questão 04) – Tabela 4.

**Tabela 4 - Matriz de correlação entre a interação pais-filhos e o aprendizado por meio de brincadeiras**

		QUESTÃO 03	QUESTÃO 04
QUESTÃO 03	Rho de Spearman gl p-value	— — —	—
QUESTÃO 04	Rho de Spearman gl p-value	0.591*** 146 < 0.001	— — —

**Fonte:** elaborado pelo autor por meio do software Jamovi®.

Estatisticamente, segundo a matriz de correlação de *Spearman*, um valor de  $p < 0,05$  indica haver uma correlação. Logo, uma vez que a situação acima apresentou um valor muito menor ( $p\text{-value} < 0,001$ ), não resta dúvidas da correlação: quanto mais os pais acreditavam que os filhos aprendiam por meio de brincadeiras, mais e melhor interagiam com eles.

Considerando os princípios da parentalidade positiva (Altafim *et al.*, 2023; Handman, 2023; Cruz, 2025), a pesquisa verificou a compreensão dos pais acerca de conceitos basilares. Os participantes, pois, foram indagados sobre o que aprenderam em relação a garantir: I. o tratamento dos filhos com o afeto; II. a proteção e a segurança das crianças; III. a alimentação saudável; e IV. a vacinação. Todavia, apenas 56,8% afirmaram que deviam estar atentos para todas essas opções. Portanto, um ponto de atenção, haja vista que dentre as atividades do PADIN, os Encontros Familiares Coletivos (EFC) dedicam-se, justamente, a tratar e desenvolver temáticas como essas (Ceará, 2021a; Sucupira; Leitão, 2026).

Quanto aos encontros com outras famílias (Grupos de Brincadeiras e Convivência e Encontros Familiares Comunitários), oportunidade em que podem trocar experiências sobre como cuidar e apoiar no desenvolvimento de bebês e crianças (Ceará, 2021a; Sucupira; Leitão, 2026), 73% afirmaram que contribuíam, “muito” ou “bastante”, para e com esse aprendizado. No entanto, observou-se que 18,9% não foram contemplados com atividades dessa natureza.

Por fim, e diferentemente dos Supervisores e ADI, a maioria (quase 60%) dos pais informou não conhecer outras famílias que, segundo eles, deveriam estar sendo contempladas pelo PADIN. De todo feito, não se pode desconsiderar que, para pouco mais de 41% (61 pais), sim, havia “algumas” ou “várias famílias” que deveriam ser atendidas pelo programa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo da pesquisa, levantou-se as percepções que Supervisores, ADI, e famílias, apresentavam em face da implementação do PADIN. E mesmo reconhecendo a necessidade de investigar uma amostra maior, e advogar que outros estudos sejam necessários e pertinentes, foi possível elencar pontos que sinalizam as potencialidades e vulnerabilidades do programa. Os quais, em algum nível, podem contribuir com os realinhamentos demandados à (re)qualificação das ações do PADIN.

Um programa que, em linhas gerais, é bem avaliado tanto pelos agentes de implementação, como pelo público atendido, valida a ideia de que deve ser mantido, ampliado, e cada vez mais aperfeiçoado. Sobretudo, considerando o contexto precário da cobertura de creches para as crianças de zero a três anos. Afinal, mesmo estando explícito que o objetivo do PADIN não é o de substituir a oferta de creches, demonstrou ser uma relevante estratégia que pode agir, de forma compensatória, em face dessa carência.

Não para menos, segundo o posicionamento dos participantes, pôde-se deduzir que o PADIN deveria ser estendido para além dos critérios de adesão dos municípios e da seleção das famílias. Aventando-se, pois, a hipótese de que, mesmo com a universalização das creches, o programa fosse mantido e quiçá ampliado – seguindo com a sua natureza de atividade complementar à oferta institucionalizada de educação infantil.

Ficou evidente que o suporte técnico e financeiro, oferecido pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará/SEDUC, vem ocorrendo a contento. De forma que Supervisores e ADI percebem-se em condições de atuar com propriedade e segurança. E em consequência disso, na grande maioria dos casos, os pais atendidos pelo PADIN têm sido impactados com a adoção de posturas que favorecem o fortalecimento dos vínculos com bebês e crianças, à luz dos princípios da parentalidade positiva.

Entretanto, para que tais oportunidades sejam melhor potencializadas, as situações de vulnerabilidade precisam ser pautadas e estratégias de superação propostas e implementadas.

O PADIN é uma estratégia que objetiva fomentar o desenvolvimento integral de bebês e crianças. E justamente por isso, suas ações precisam ser, necessariamente, planejadas, implementadas, avaliadas, e redirecionadas de forma intersetorial – educação, saúde e assistência social. Contudo, para

uma parte dos participantes, o exercício da intersetorialidade tem acontecido apenas a depender da demanda.

Sugere-se, portanto, que já na concepção das formações, em nível estadual, as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, sejam convidadas a contribuir, sistematicamente, na construção e implementação das pautas formativas. De forma que seja induzido, concretamente, o desdobramento de ações e atividades efetivamente concebidas de forma intersetorial.

Ademais, nem todos os municípios têm honrado, com a contrapartida logística e operacional, que permita aos seus Supervisores/ADI implementarem as ações conforme o programa orienta. O que, em algum nível, pode comprometer o êxito do propósito do PADIN. Afinal, não basta garantir o transporte para o deslocamento dos agentes de implementação para as formações e visitas, por exemplo, se não houver condições mínimas, como um espaço e alimentação, para a realização dos encontros coletivos onde há a profícua troca de experiências entre as famílias.

Logo, é preciso que, para além dos critérios que determinam quais municípios podem ou não aderir ao PADIN, delimite-se as condições que devem ser observadas, e garantidas, pelas gestões municipais. Haja vista, em nível de bom senso, a necessidade de uma contrapartida municipal mais robusta, até porque, da parte da SEDUC/CE são ofertadas as formações, o acompanhamento técnico, os materiais pedagógicos e instrucionais, e as bolsas de incentivo aos Supervisores e ADI.

E finalmente, em nível de formação, acompanhamento, e orientação, direcionados aos Supervisores/ADI, é preciso que se avalie como os pais, efetivamente, têm compreendido e incorporado os princípios norteadores da parentalidade positiva. Isso porque, ainda que a maioria deles tenha demonstrado conhecer quais as situações e as condições que devem oportunizar aos filhos, uma minoria permanece apresentando uma compreensão limitada acerca dessa pauta.

## REFERÊNCIAS

ALTAFIM, E. R. P.; SOUZA, M.; TEIXEIRA, L.; BRUM, D.; VELHO, C. O Cuidado Integral e a Parentalidade Positiva na Primeira Infância. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/23611/file/o-cuidado-integral-e-a-parentalidade-positiva-na-primeira>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 120, Seção 1, p. 1-7, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. PNE em movimento: perguntas frequentes. 2021. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/20-perguntas-frequentes>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 143, Seção 1, p. 1, 26 jul. 2024.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (Brasil). PNE chega a seu décimo ano em 2024 com 90% de seus dispositivos descumpridos, 13% em retrocesso e 30% com lacuna de dados. 2024a. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2024/06/17/pne-chega-a-seu-decimo-ano-em-2024-com-90-de-seus-dispositivos-descumpridos-13-em-retrocesso-e-30-com-lacuna-de-dados/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (Brasil). 10 anos do plano nacional de educação: análise final da execução das metas da lei 13.008/2014. 2024b. Disponível em: [https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2024/materiais/Balanco\\_do\\_PNE\\_2024\\_da\\_Campanha\\_Relatorio\\_de\\_Metas\\_PPT.pdf](https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2024/materiais/Balanco_do_PNE_2024_da_Campanha_Relatorio_de_Metas_PPT.pdf). Acesso em: 25 jan. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Secretaria Executiva de Cooperação com os Municípios. 2023. Disponível em: [https://www.seduc.ce.gov.br/seexec\\_com/](https://www.seduc.ce.gov.br/seexec_com/). Acesso em: 28 jan. 2025.

CEARÁ. Lei nº 17.380, de 05 de janeiro de 2021. Consolida e atualiza a legislação do Programa Mais Infância Ceará, para a superação da extrema pobreza do desenvolvimento infantil. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, CE, p. 1-3, 05 jan. 2021a.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Avaliação de Impacto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - PADIN. 2021b. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/01/Apresentacao\\_gLOCAL\\_IPECE\\_Jimmy.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/01/Apresentacao_gLOCAL_IPECE_Jimmy.pdf). Acesso em: 25 fev. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Seduc lança Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (Padin). 2016. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2016/06/10/seduc-lanca-programa-de-apoio-ao-desenvolvimento-infantil-padin/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

COUTINHO, Â. S.; ALVES, T. Desigualdade de acesso à Educação Infantil: uma análise da meta 1 do PNE na região metropolitana de Maringá. Educar em Revista, v. 35, n. 75, p. 194-217, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.63738>.

CRUZ, O. Parentalidade positiva e suas consequências no desenvolvimento da criança. 2014. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/118460/2/308787.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas Tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? *Revista Gestão Organizacional*, v. 6, n. 3, p. 161-174, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v6i3.1386>.

FURTADO, K. L. (org.). *Guia de orientações para supervisoras(es) e ADIs do PADIN*. Fortaleza: Seduc, 2022. 22 p.

GOMES, A.; GIBAJA, C.; PAULA, L. de; MONTEFUSO, T. Conheça a iniciativa do governo cearense voltada ao desenvolvimento infantil. Fortaleza, 2019. Fotografia, color. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/05/24/conheca-a-iniciativa-do-governo-cearense-voltado-ao-desenvolvimento-infantil/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

HANDMAN, R. The power of positive parenting: five positive parenting techniques to help your child thrive. 2023. Disponível em: <https://health.ucdavis.edu/media-resources/children/documents/patient-education-A-to-Z/Parenting.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-32622001000300003>.

JAMOVI. Nuvem jamovi: software estatístico online. 2022. Disponível em: <https://www.jamovi.org/cloud.html>. Acesso em: 03 mar. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Projeto e relatório de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 10, p. 215-233.

LIMA, M. O que é o teste de Shapiro-Wilk? 2021a. Disponível em: [https://www.blog.psicometriaonline.com.br/o-que-e-o-teste-de-shapiro-wilk/](https://www.blog.psicomетriaonline.com.br/o-que-e-o-teste-de-shapiro-wilk/). Acesso em: 15 mar. 2025.

LIMA, M. O que é correlação de Spearman? 2021b. Disponível em: <https://www.blog.psicometriaonline.com.br/o-que-e-correlacao-de-spearman/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MARCONDES, K. H. B.; SILVA, A. L. C. da. O PNE (2014-2024) e a oferta da educação infantil: avanços, estagnações ou retrocesso? *Cadernos da Pedagogia*, v. 18, n. 41, p. 31-43, 2024. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/2124/995>. Acesso em: 13 jan. 2024.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL (Brasil). Desigualdades no acesso à creche e à pré-escola persistem, revela Censo 2022. 2025. Disponível em: <https://fundacaomariacecilia.org.br/noticias/desigualdades-no-acesso-a-creche-e-a-pre-escola-persistem-revela-censo-2022/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MARTINS, J. S. Entenda o que é assistencialismo. 2024. Disponível em: <https://www.politize.com.br/assistencialismo/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

PARANÁ. Universidade Federal do Paraná. Tipos de variáveis. 2012. Disponível em: <http://leg.ufpr.br/~silvia/CE055/node8.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Pesquisa científica. In: \_\_\_\_\_. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013. Cap. 3, p. 41-118.

SEAY, A.; FREYSTEINSON, W.; MCFARLANE, J. Positive parenting. *Nursing Forum*, v. 49, n. 3, p. 200-208, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/nuf.12093>.

SUCUPIRA, A. C. S. L.; LEITÃO, F. M. A. S. Manual introdutório: o programa. Fortaleza: Seduc/CE, 2016. 28 p.

TOKARNIA, M. Mais de 2 milhões de crianças no país estão sem vagas em creches. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-04/mais-de-2-milhoes-de-criancas-no-pais-estao-sem-vagas-em-creches>. Acesso em: 03 fev. 2025.